

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entrarão em vigor a partir da data de sua publicação.

Rendas de Contribuições e Prêmios Emitidos
Em 2019, a Companhia apresentou rendas de contribuição de R\$ 289,6 milhões e prêmios emitidos de R\$ 99,8 milhões, redução de 1,2% e 2,1% respectivamente, em relação ao ano anterior.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 6,7 milhões, com aumento de 57,6% em relação ao ano anterior, impactado pela eficiência da Política de Investimentos.

Resultado do Exercício
A MAPFRE Previdência S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 3,9 milhões (prejuízo de R\$ 20,1 milhões no exercício de 2018).
A melhoria apresentada entre os exercícios se deu pela redução dos gastos administrativos e decorrência à eficiência e sinergia dos processos.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o

desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados e de reservas existentes.
Não serão distribuídos dividendos decorrente do lucro líquido do exercício de 2019, tendo em vista que havia prejuízos acumulados a serem absorvidos.

Eventos Societários
Em 30 de novembro de 2018 a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao GRUPO MAPFRE, a assinatura do segundo aditivo ao Acordo de Parceria do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. Em continuidade, houve a reestruturação do GRUPO MAPFRE com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, onde a MAPFRE Previdência S.A. passa a integrar o capital da MAPFRE Participações S.A., desta forma alterando o controle acionário direto desta Companhia da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a MAPFRE Participações S.A.

Esta reestruturação teve como objetivo unificar o controle acionário na MAPFRE Participações S.A. das operações de Seguros, Capitalização e Previdência.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Previdência S.A. declara, entre, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 470,5 milhões e, considerando teor capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.
Periodicamente, a MAPFRE Previdência S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês de

resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com índices de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

Premiações e Campanhas
O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo Circulante	Nota	2019	2018
Disponível	5	2.843.465	3.169.094
Caixa e bancos		682	609
Equivalente de caixa	5	792	98
Aplicações	6	2.761.798	3.098.700
Créditos das operações com seguros e resseguros			818
Operações com resseguradoras			818
Créditos das operações com previdência complementar		495	945
Valores a receber		495	426
Operações com repasses			519
Outros créditos operacionais	7	5.397	2.056
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	2.558	2.759
Títulos e créditos a receber	9	14.404	7.745
Títulos e créditos a receber		4.631	3.618
Créditos tributários e previdenciários	23b	8.723	3.344
Outros créditos		1.050	783
Outros valores e bens	44	44	74
Outros valores		44	74
Despesas antecipadas	2	31	31
Custos de aquisição diferidos	10	57.293	55.357
Seguros		54.159	51.363
Previdência		3.134	3.994
Ativo não circulante		494.184	381.608
Realizável a longo prazo		493.940	380.517
Aplicações	6	459.649	356.612
Outros créditos operacionais	7	31.138	22.599
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	685	—
Títulos e créditos a receber	9	2.468	1.306
Depósitos judiciais e fiscais		2.468	1.306
Investimentos	208	229	—
Imobilizado intangível	36	722	140
Total do ativo		3.337.649	3.550.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo Circulante	Nota	2019	2018
Contas a pagar		10.718	7.613
Obrigações a pagar	11	7.497	4.055
Impostos e encargos sociais a recolher		2.513	1.883
Encargos trabalhistas		542	1.512
Encargos e contribuições	12	166	163
Débitos de operações com seguros e resseguros	8	7.313	4.484
Operações com resseguradoras		5.092	3.852
Corretores de seguros e resseguros	13	1.747	603
Outros débitos operacionais		474	29
Débitos de operações com previdência complementar	4.118	6.572	—
Contribuições a restituir		203	462
Operações de repasses	14	3.915	4.422
Outros débitos operacionais		1.801	1.688
Depósitos de terceiros	15	8.801	18.716
Provisões técnicas - seguros	16	185.199	236.319
Danos - DPVAT		73.205	86.973
Vida com cobertura por sobrevivência		111.894	149.346
Provisões técnicas - previdência complementar	16	114.487	210.387
Planos não bloqueados		15.268	22.949
PGBL		99.219	187.438
Passivo não circulante	2.894.475	2.958.003	—
Contas a pagar	23b	—	315
Tributos diferidos			315
Provisões técnicas - seguros	16	1.289.819	1.234.618
Danos - DPVAT		6.658	—
Vida com cobertura por sobrevivência		1.283.161	1.234.618
Provisões técnicas - previdência complementar	16	1.604.311	1.723.020
Planos não bloqueados		201.694	183.268
PGBL		1.402.617	1.539.752
Outros débitos	19	345	50
Outros débitos judiciais		345	50
Patrimônio líquido	20	112.538	108.608
Capital social		116.273	81.273
Aumento de capital		—	35.000
Prejuízo acumulado		(3.735)	(7.665)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.337.649	3.550.702

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

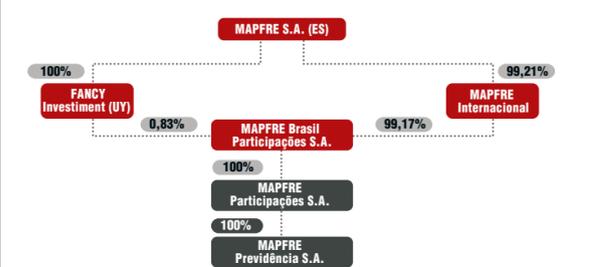
	Reservas de lucros				Prejuízo/Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal 794	Reserva estatutária 11.673		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	81.273	—	—	—	—	81.273
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(20.132)	(20.132)
Reservas de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	—	—	(794)	(11.673)	12.467	—
Aumento de capital AGE 28 de dezembro de 2018	—	35.000	—	—	—	35.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	81.273	35.000	—	—	(7.665)	108.608
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 81 de 21 de maio de 2019	—	35.000	—	—	—	35.000
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	3.930	3.930
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.273	—	—	—	(3.735)	112.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3a e 6 - Aplicações financeiras; • Notas 3i, 3e, 16 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3m e 19 - Provisões judiciais; e • Notas 3q e 22 - Imposto de renda e contribuição social. **e) Segregação entre Circulante e não Circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os Fundos Especialmente Constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros, e algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedges*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. *Caixa e equivalente de caixa:* Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de normas e interpretações para exercícios futuros, e alguns valores mobiliários classificados como aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedges*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

do resultado. **ii. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **d) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetar-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **g) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa diluir e não transferir o risco para o ressegurador. O resseguro é garantido assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de ressegurados e de afiliados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b. **ii.** Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **h) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de contratos de previdência e apólices de seguros do tipo misto, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 60 meses. **i) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. *Seguros de Danos, vida individual e vital mista:* A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC, é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, liquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistro recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados e os valores estimados referentes às ações judiciais. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do balanço sendo calculada com base no valor que resultar maior entre os percentuais, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de doze meses. Inclui também provisão para operações dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - *Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:* As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A provisão matemática de benefícios a conceder - PMBAC, é calculada com base na expectativa de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representando o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, liquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos - FIEs. Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC, é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, liquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistro recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados e os valores estimados referentes às ações judiciais. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do balanço sendo calculada com base no valor que resultar maior entre os percentuais, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de doze meses. Inclui também provisão para operações dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - *Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:* As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A provisão matemática de benefícios a conceder - PMBAC, é calculada com base na expectativa de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representando o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, liquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos - FIEs. Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC, é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, liquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistro recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados e os valores estimados referentes às ações judiciais. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do

continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **r) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base no processo de gestão referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado o índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** **Risco operacional;** e **Gestão de capital.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualiquada de gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: **• Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações legais e normativas internacionais e na legislação brasileira. **• Comitê de Auditoria:** tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de negócios nos mercados internacionais e regionais, sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; **• Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativas dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, práticas e medidas voltadas à estratégia financeira da Companhia. **• Comitê de Governança:** tem caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuários, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuárias, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade e desmorte de produtos. Para controlar o risco, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos externos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente, e realiza testes de consistências e recalculos atuários, para avaliar sua adequação técnico-operacional. O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral destes riscos a resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados. **Concentração de Riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuição/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)		2019		2018	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/VGBL	%	Total
Centro-Oeste	55	0%	7.661	2%	7.716
Nordeste	916	0%	15.437	4%	16.353
Norte	5	0%	1.619	0%	1.624
Sudeste	252.491	66%	83.299	22%	335.790
Sul	14.672	4%	9.462	2%	24.134
Total	268.139	70%	117.478	30%	385.617

Líquido de resseguro		2019		2018	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/VGBL	%	Total
Centro-Oeste	73	0%	6.457	2%	6.530
Nordeste	2.303	1%	18.070	5%	20.373
Norte	9	0%	1.667	0%	1.676
Sudeste	235.060	62%	92.570	24%	327.630
Sul	11.596	3%	11.300	3%	22.896
Total	249.041	66%	130.664	34%	379.705

Líquido de resseguro		2019		2018	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/VGBL	%	Total
Centro-Oeste	52	0%	7.316	2%	7.368
Nordeste	862	0%	14.637	4%	15.499
Norte	5	0%	1.552	0%	1.557
Sudeste	239.851	66%	79.128	22%	318.979
Sul	14.046	4%	8.994	2%	23.040
Total	254.816	70%	111.627	30%	366.443

Líquido de resseguro		2019		2018	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/VGBL	%	Total
Centro-Oeste	71	0%	6.261	2%	6.332
Nordeste	2.181	1%	17.490	5%	19.671
Norte	9	0%	1.615	0%	1.624
Sudeste	226.309	62%	89.308	24%	315.617
Sul	11.190	3%	10.929	3%	22.119
Total	239.760	66%	125.603	34%	365.363

(*) As operações estão líquidas de DPVAT no montante de R\$ 10.092 (R\$ 22.183 em 2018).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram considerados os comportamentos das carteiras diante de três cenários de estresse. A sensibilidade do risco de sobrevivência foi realizada através da redução na taxa de mortalidade e do aumento na taxa de conversão em renda que, por consequência, causa a redução na taxa de resgate/cancelamento. A carteira de previdência para produtos com garantias de rentabilidade pré-definidas, então, foi avaliada com uma redução na taxa de juros. Abaixo apresentam-se os valores obtidos para cada cenário proposto:

Impacto no patrimônio líquido/resultado		2019		2018	
Alteração das principais premissas das provisões técnicas	Redução de 10% a.a. na ETTJ	6.643	5.258	4.283	4.283
Redução de 10% na taxa de conversão em renda					
Risco de crédito: Risco de crédito e o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro com consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser mitigado/prermitido por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do material ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber dentro dos ramos de risco de seguro decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de concessão das exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. A Companhia opera somente com a resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e para ela foi considerado o <i>rating</i> da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Os prêmios de resseguros no montante de R\$ 19.174 (R\$ 13.742 em 2018) possuem a classificação de <i>rating</i> A+. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como <i>Am Best</i> , <i>Fitch Ratings</i> , <i>Standard & Poor's</i> e <i>Moody's</i> . Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito, uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. Gerenciamento do risco de crédito: Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Crédito e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. Para os fundos especialmente constituídos VGBL/PGBL a gestão dos recursos é feita também pelo BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. e GAUSS Capital Gestora de Recursos Ltda. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado no quadro abaixo:					

2019		Sem rating		Total						
Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB+	BB-	BB-	BB-
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.427.845	-	-	-	-	-	-	-	-	2.427.845
Certificados de depósito bancário - CDB	98.116	-	-	-	-	-	-	-	-	98.116
Debêntures a prazo com garantia especial - DPGE	68.006	5.888	64.607	25.459	-	136	-	-	-	164.096
Letras financeiras - LF	111.572	84.865	-	61.322	49.072	-	-	1.069	-	307.900
Ações	31.632	44.94	14.785	512	3.665	-	4.399	-	-	69.330
Quotas de fundo de investimentos - DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.089
Outras aplicações Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	11.186	2.303
Total	2.737.171	95.247	79.392	87.293	52.737	136	40.403	12.255	116.813	3.218.208

2018		Sem rating		Total						
Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB+	BB-	BB-	BB-
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.673.243	-	-	-	-	-	-	-	-	2.673.243
Certificados de depósito bancário - CDB	80.598	-	-	-	-	-	-	-	-	80.598
Debêntures a prazo com garantia especial - DPGE	68.080	-	55.803	23.720	-	-	-	-	-	147.603
Letras financeiras - LF	78.655	22.902	-	175.046	-	-	-	12.382	-	288.985
Ações	19.483	8.110	10.549	5.318	5.323	1.249	591	-	-	61.179
Quotas de fundo de investimentos - DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.089
Outras aplicações Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	34.077	34.077
Total	2.920.059	31.012	66.352	204.084	5.323	41.422	591	12.382	174.087	3.455.312

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 222.347 (R\$502.682 em 2018) com lastros em títulos públicos. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes intermediárias em relação às classificações

de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuários para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descascos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. O gerenciamento da liquidez é realizado de acordo com a análise de fluxo simples de pagamento, levando em consideração a expectativa de vida do participante e a tábua de mortalidade brasileira, corrigido esse fluxo pela expectativa dos índices de inflação. Os ativos financeiros para honrar o fluxo de passivos são aplicados em ativos com vencimentos e indexadores semelhantes aos do fluxo de passivo financeiro. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos ativos e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

2019	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	682	-	-	682
Equivalente de caixa	792	-	-	792
Aplicações (*)	684.705	1.572.321	884.332	3.141.358
Creditos das operações com previdência complementar	495	-	-	495
Outros créditos operacionais	5.397	31.138	-	36.535
Ativos de resseguro	2.558	685	-	3.243
Títulos e créditos a receber (**)	5.681	-	-	5.681
Outros valores e bens	44	-	-	44
Despesas antecipadas	2	-	-	2
Custos de aquisição diferidos	57.293	-	-	57.293
Total dos ativos financeiros	757.649	1.604.144	884.332	3.246.125
Contas a pagar	10.718	-	-	10.718
Debêntures de operações com seguros e resseguros	7.313	-	-	7.313
Debêntures de operações com previdência complementar	4.118	-	-	4.118
Depósito de terceiros	8.801	-	-	8.801
Provisões técnicas - seguros e resseguros (*)	111.894	1.283.161	-	1.395.055
Provisões técnicas - previdência complementar	114.887	1.604.311	-	1.718.798
Total dos passivos financeiros	257.331	2.887.472	-	3.144.803
Caixa e bancos	609	-	-	609
Aplicações (*)	2.961.427	183.963	222.920	3.368.310
Creditos das operações de seguros e resseguros	818	-	-	818
Creditos das operações com previdência complementar	945	-	-	945
Outros créditos operacionais	2.056	22.599	-	24.655
Ativos de resseguro	2.759	-	-	2.759
Títulos e créditos a receber (**)	4.401	-	-	4.401
Outros valores e bens	74	-	-	74
Despesas antecipadas	31	-	-	31
Custos de aquisição diferidos	55.357	-	-	55.357
Total dos ativos financeiros	3.028.477	206.562	222.920	3.457.959
Contas a pagar	7.613	-	-	7.613
Debêntures de operações com seguros e resseguros	4.484	-	-	4.484
Debêntures de operações com previdência complementar	6.572	-	-	6.572
Depósito de terceiros	18.716	-	-	18.716
Provisões técnicas - seguros e resseguros (*)	149.346	1.234.618	-	1.383.964
Provisões técnicas - previdência complementar	210.387	1.723.020	-	1.933.407
Total dos passivos financeiros	397.118	2.957.638	-	3.354.756

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionadas a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 80.089 (R\$ 87.002 em 2018) e R\$ 79.963 (R\$ 86.973 em 2018), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração, os valores de provisões de sinistros a liquidação e provisões de eventos a regularizar judiciais no montante de R\$ 196 e R\$ 554 (R\$ 346 e R\$ 166 em 2018) respectivamente, não foram classificados no quadro acima. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 2.468 (R\$ 1.306 em 2018) e as provisões judiciais de R\$ 345 (R\$ 50 em 2018), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 8.723 (R\$ 3.344 em 2018) e os tributos diferidos no valor de R\$ 315 em 2018, também não foram considerados no quadro acima.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo o índice de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress. *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos dados de investimentos da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

2019		2018	
VaR	Patrimônio	VaR	Patrimônio
Previdência	5	5	506
Metodologia de <i>Macaulay Duration</i> é aplicada às carteiras de <i>ALM - Asset & Liability Management</i> da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 5,48 anos (4,68 em 2018) frente a um patrimônio de R\$ 506 (R\$ 469 em 2018) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado,			

Títulos	Vencimento					Ativos				Total
---------	------------	--	--	--	--	--------	--	--	--	-------

☆ continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

13. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

14. DÉBITO DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Compreende basicamente os valores de operações com repasses, referente as portabilidades aceitas aguardando reclassificação para as correspondentes provisões matemáticas, no montante de R\$ 3.915 (R\$ 4.422 em 2018).

	2019	2018
Até 30 dias	356	4.069
De 31 a 60 dias	139	319
De 61 a 90 dias	909	-
De 91 a 180 dias	734	9
De 180 a 365 dias	1.438	-
Acima de 365 dias	339	25
Total	3.915	4.422

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes provisões matemáticas.

16. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

	2019					
	DPVAT	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradi-cional	Total
Reservas						
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	- 1.171.943	192.723	1.463.299	139.615	2.967.580	
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	- 21.666	-	- 37.021	68.725	127.412	
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	71.216	-	1.319	-	309	72.844
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	7.946	-	2.734	31	3.313	14.024
Provisão de excedente financeiro - PEF	-	62	1.380	44	4.430	5.916
Provisão de despesas relacionadas - PDR	801	107	501	207	246	1.862
Provisão de despesas e outros valores a regularizar - PVR	-	725	1.895	1.234	124	3.978
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	-	-	-	-	200	200
Total	79.963	1.194.503	200.552	1.501.836	216.962	3.193.816

b) Movimentação:

	2019					2018						
	DPVAT	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradi-cional	Total	DPVAT	VGBL	Vida Individual	PGBL	Tradi-cional	Total
Reservas												
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	- 1.213.769	141.532	1.685.997	131.820	3.173.118		- 2.196	-	37.963	64.303		124.462
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	76.946	-	1.080	-	310	78.336						
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	9.713	-	2.596	30	2.063	14.402						
Provisão de excedente financeiro - PEF	-	34	-	44	6.362	6.440						
Provisão de despesas relacionadas - PDR	314	1.894	-	2.486	951	5.645						
Provisão de despesas e outros valores a regularizar - PVR	-	58	805	744	120	1.727						
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	-	-	-	-	214	214						
Total	86.973	1.237.951	146.013	1.727.264	206.143	3.404.344						

	2019	2018
Saldo inicial	3.317.371	3.422.766
Contribuição	334.761	402.815
Atualização monetária	266.107	244.023
Portabilidades	(581.678)	(402.499)
Pagamentos (Rendas/Resgates/Benefícios)	(224.035)	(349.734)
Outras movimentações	1.327	-
Total	3.113.853	3.317.371
DPVAT	79.963	86.973
Saldo final	3.193.816	3.404.344

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisões técnicas	3.193.816	3.404.344
Ajustes TAP	32.768	15.129
Parcela correspondente a resseguros contratados	(3.243)	(2.644)
Parcela correspondente a provisões técnicas - DPVAT	(79.963)	(86.973)
Total a ser coberto	3.143.378	3.329.856
Quotas de fundos de investimentos	677.164	602.684
Quotas de fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	2.635.243	2.899.767
Quotas e fundos de investimentos - DPVAT	(80.089)	(87.002)
Total de aplicações (*)	3.232.318	3.415.449
Ativos livres	88.940	85.593

(*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

18. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR E PROVISÃO DE VALORES A REGULARIZAR JUDICIAIS

A Companhia não possui valores significantes para a provisão de sinistro a liquidar judicial e provisão de valores a regularizar judicial, R\$ 196 (R\$ 346 em 2018) e R\$ 554 (R\$ 166 em 2018), respectivamente. Os valores de R\$ 7.946 (R\$ 7.792 em 2018) são referentes ao DPVAT e não estão sob a administração da Companhia.

19. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas por probabilidade de perda:

	2019			2018		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Fiscais	3	3.636	-	3	6.299	-
Possível	3	3.636	-	3	6.299	-
Cíveis	32	1.398	117	21	3.995	2
Provável	10	303	117	1	1	2
Possível	16	383	-	8	202	-
Remoto	6	712	-	12	3.792	-
Trabalhistas	5	2.029	228	5	1.803	48
Provável	4	2.023	228	2	1.341	48
Possível	1	6	-	2	430	-
Remoto	-	-	-	1	32	-
Total geral	40	7.063	345	29	12.097	50

Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 31 de dezembro de 2019. **CSLL** - Discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei nº 13.169/2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos

termos da legislação vigente. Decisão de primeira instância desfavorável. Aguarda julgamento de Apelação. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 373 (R\$ 355 em 2018). **PIS/COFINS** - A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a Companhia entende que a base de cálculo destes tributos permanece limitada às receitas da operação, mas não sobre o total das contribuições/prêmios recebidos dos participantes dos planos de previdência e os rendimentos financeiros correlatos, o que discute judicialmente, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, sobrestados em razão do RE nº 609.096/RS. Probabilidade de perda classificada como possível, no montante R\$ 3.263 (R\$ 5.944 em 2018). **Cíveis** - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais. **Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais prazos que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

b) Movimentação

	2019			2018		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	2	48	50	-	18	18
Constituições/reversões	345	168	513	2	30	32
Atualização monetária	8	12	20	-	-	-
Pagamentos	(238)	-	(238)	-	-	-
Saldo final	117	228	345	2	48	50

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente integralizado é de R\$ 116.273 (R\$ 81.273 integralizado em 2018) e está representado por 383.937 (383.937 em 2018) ações ordinárias sem valor nominal. Em 2018 foi proposto o aumento de capital no montante R\$ 35.000 aprovados pela SUSEP em 21 de maio de 2019.

b) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva estatutária:** Conforme previsto no Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias. Em caso de prejuízo, este é absorvido pelas reservas estatutárias. **d) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

21. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Ramos de atuação - seguros

	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ramos de atuação						
Contribuição de risco	6.477	6.671	41,32%	27,97%	0,31%	0,40%
Vida individual por sobrevivência	37.005	28.720	62,83%	54,04%	44,03%	43,87%
DPVAT	9.471	22.244	17,83%	80,79%	0,02%	1,20%
Total	52.953	57.635	62,88%	61,35%	30,81%	22,37%

b) Rendas de contribuições e prêmios

	2019	2018
VGBL	289.538	292.967
PGBL	178.454	169.328
Tradicional	109.190	121.643
Total	576.182	583.938

c) Prêmios ganhos

Prêmios emitidos do DPVAT

Prêmios emitidos do DPVAT

Contribuições para cobertura de riscos

Variações de provisões técnicas de prêmios

Varição da provisão de despesas administrativas - PDA DPVAT

d) Sinistros ocorridos

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Provisão de benefícios a regularizar - PBR

Provisão de despesas relacionadas - PDR

Varição de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados - IBNR

Varição das provisões do DPVAT

Ressarcimentos

e) Custo de aquisição de seguros e previdência

Comissões

Comissão sobre prêmios VGBL

Varição das despesas de corretagem e agenciamento diferidas

Varição das despesas de comercialização diferidas VGBL

Despesa com corretagem VGBL

Despesa com corretagem

Outros custos de aquisição

Varição das despesas de comercialização diferidas

f) Outras receitas e despesas operacionais

Provisão de benefícios a regularizar - PBR

Despesa com terceirização - CALL Center

Despesa com serviços médicos

Despesa com cobrança

Outras receitas e despesas operacionais

Recuperação de rendas pagas

g) Resultado com resseguro

Recuperação de indenizações

Participação nos lucros

Prêmio de resseguro cedido

Provisões técnicas de sinistros

h) Despesas administrativas

Pessoal próprio

Serviços de terceiros

Localização e funcionamento

Outras despesas

Donativos e contribuições

Publicação

Publicidade e propaganda

Despesas administrativa com DPVAT

i) Despesas com tributos

COFINS

Taxa de fiscalização

Outros tributos

j) Resultado financeiro

Receitas financeiras

Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos

Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos especialmente constituídos

Mantidos até o vencimento

Receitas com operação de seguros DPVAT

Outras receitas financeiras

Despesas financeiras

Atualização monetária - PGBL/VGBL

Atualização monetária - Tradicional

Atualização monetária - Vida individual

Despesas com operação de seguros DPVAT

Atualização de excedente financeiro

Atualização de valores a regularizar

Outras despesas financeiras

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/Prejuízo antes dos impostos e após participações	6.686	6.686	(17.933)	(17.933)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.648)	(1.003)	4.483	3.587
Diferenças temporárias	(1.418)	(851)	(17)	(77)
Diferenças permanentes	(328)	(197)	(95)	(76)
Deduções incentivadas	187	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.025	615	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.182)	(1.436)	4.371	3.434
Ajuste temporário	-	-	(4.698)	(3.770)
Constituição/reversão créditos tributários	393	236	17	77
Ajustes relativos a exercício corrente	93	140	(780)	(850)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.696)	(1.060)	(1.090)	(1.109)
Alíquota efetiva (%)	25%	16%	-6%	-6%

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo

	2018	Constituição	Reversão	2019
Tributos a compensar	1.781			